



ALFA





BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1966
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouidoria: 0800-7220140

Senhores Acionistas,
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco") acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco nos exercícios findos nestas datas. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO
Os três principais temas que dominaram os noticiários internacionais nos primeiros seis meses de 2022 continuaram os mesmos na segunda metade do ano: a guerra russo-ucraniana, a política de tolerância zero com a Covid-19 na China e o processo de aperto monetário nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Apesar da temática ser praticamente a mesma, pode-se dizer que ocorreram desdobramentos em todos os tópicos supracitados.

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia no início de 2022 chocou o mundo e o velho continente - que se viu, novamente, assombrado pelo espectro da guerra. Como retalição aos embargos impostos pelo Ocidente, o governo russo reduziu sua oferta de commodities energéticas no mercado internacional, o que acarretou uma escalada da inflação nas principais economias do mundo, por meio de um choque de oferta. A despeito de um cenário de ainda muita incerteza, parece que o conflito encontrou um certo "equilíbrio instável", por assim dizer, no segundo semestre de 2022. Essa ausência de novos desdobramentos na guerra, alinhada às medidas tomadas pelos países ocidentais para reduzir a dependência das exportações russas, contribuiu para uma queda nos preços do petróleo e do gás natural - que já se encontram, inclusive, em patamares similares aos observados no pré-guerra.

A política de tolerância zero com a Covid-19 na China também favoreceu uma escalada no nível de preços ao redor do mundo, na medida em que a imposição de lockdowns mandatórios afetou severamente o funcionamento de fábricas e de transportes chineses - com consequências diretas sobre o comportamento das cadeias de suprimento globais. No entanto, após muita pressão popular, ao final do segundo semestre de 2022, o governo chinês optou por arrefecer as restrições ligadas à Covid-19. Tal medida deve contribuir tanto para uma recuperação da atividade econômica na China quanto para uma menor pressão inflacionária mundial; mas, ao mesmo tempo, levanta dúvidas sobre a sustentabilidade, do ponto de vista da saúde pública, de uma reabertura completa da economia chinesa. Ademais, é importante salientar que, no médio prazo, os problemas com o setor imobiliário chinês - vide o alto nível de alavancagem das empresas e a queda nos preços dos imóveis - devem continuar no radar. Para o longo prazo, certamente a disputa com os Estados Unidos pela hegemonia política e econômica global - uma questão que perpassa pelas recentes discussões acerca do território de Taiwan - é de suma importância.

O processo de ajuste monetário por parte dos bancos centrais norte-americano e europeu atingiu um estágio bem mais avançado no segundo semestre de 2022. A inflação parece ter alcançado seu pico nessas economias, porém ela ainda se encontra absolutamente descolada das respectivas metas. No caso dos Estados Unidos, continuaram as divergências entre os analistas do mercado: uma parcela vê espaço para cortes na taxa de juros básica norte-americana já na segunda metade de 2023, enquanto a outra desejaria observar uma convergência mais acentuada da inflação para a meta antes de iniciar o processo de afrouxamento monetário. Independentemente do que efetivamente venha a acontecer, é praticamente consenso que esse aperto monetário síncrono contribuirá para uma desaceleração econômica em 2023.

Em suma, o segundo semestre de 2022 foi marcado tanto por notícias positivas quanto negativas vindas do cenário externo. De um lado, a queda no preço das commodities energéticas e a decompressão das cadeias de suprimento globais contribuíram para uma melhora na dinâmica inflacionária mundial na reta final do ano passado. Do outro, os efeitos adversos da política monetária contracionista sincronizada são perceptíveis nos dados de atividade econômica europeia e norte-americana. No geral, a perspectiva de desaceleração econômica e juros mais altos nas economias desenvolvidas tende a desencorajar o apetite por risco dos investidores, mas o Brasil ainda continua sendo uma boa opção nesse contexto internacional conturbado, a depender do cenário político local.

No Brasil, a transição do primeiro para o segundo semestre foi marcada pela continuidade de medidas de transferência de renda e controle de preços administrados. Citamos a aprovação da Lei Complementar 194 - que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações - e da PEC nº 15 ("PEC dos Auxílios") - que elevou o valor do Auxílio Brasil em 50% e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas. Nesse contexto, as expectativas para inflação e crescimento em 2022 foram sendo sistematicamente revistas para baixo e para cima, respectivamente, ao longo do segundo semestre. De fato, o Brasil fechou o ano passado com uma inflação de 5,79% a.a. (acima do teto da meta de inflação) e o PIB deve apresentar crescimento próximo de 3,0%.

Apesar da melhora da perspectiva econômica, os ativos brasileiros não performaram tão bem quanto poderiam no segundo do semestre, principalmente devido às discussões de caráter político. A grande polarização das eleições presidenciais de 2022 e as promessas de campanha de ambos os concorrentes contribuíram para a materialização de um ambiente econômico e político com muitas incertezas. Ademais, as sinalizações - no mínimo, questionáveis - dadas pelo novo presidente eleito sobre o futuro dos gastos públicos e da nova âncora fiscal foram muito mal-recebidas pelo mercado. Formou-se, portanto, um ambiente de baixa volatilidade na segunda metade do ano, que prejudicou a performance dos ativos brasileiros. Não obstante, em 2022, o Ibovespa subiu 4,7% e o real valorizou aproximadamente 5% frente ao dólar - um desempenho razoável, considerando a queda de 19,5% do S&P 500 e a alta de 8% do DXY¹.

Assim, diante das incertezas de caráter político e a continuidade do ambiente polarizado - vide a invasão da Praça dos Três Poderes em 08/01/2023, o Brasil permanece bem-posicionado no cenário internacional em 2023. A taxa de juros real em território altamente contracionista contribui para uma inflação em tendência de queda e para a entrada de investimentos estrangeiros. Ademais, as contas públicas estão relativamente em ordem² e não se discute recessão no Brasil, como ocorre em outros países. No entanto, existem ainda muitas incertezas: os gastos públicos mais altos, o futuro do arcabouço fiscal, a possível alteração de reformas estruturais e a polarização observada na sociedade brasileira até então.

¹ O DXY é um índice que mede o valor do dólar americano frente a uma cesta de seis moedas fortes: euro, libra, iene, coroa sueca, franco suíço e dólar canadense.
² O Governo Central deve apresentar em 2022 o primeiro superávit primário desde 2014 e a Dívida Bruta do Governo Geral deve terminar o ano em valor inferior ao observado no início de 2019. É esperado que a volatilidade observada no final do segundo semestre de 2022 continue ao longo da primeira metade de 2023 - pelo menos nos primeiros meses, até ocorrer uma definição mais clara dos temas de caráter sensível supracitados. O cenário externo deve permanecer desafiador, com a continuidade da luta contra a inflação das economias desenvolvidas e a desaceleração econômica global iminente. Isso pode ser bom ou ruim para o Brasil, a depender das políticas econômicas, sociais e ambientais que forem sinalizadas e implementadas.

SUSTENTABILIDADE ESG
O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacamos o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos significativos ambientais, sociais ou de governança ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Alfa tem trabalhado para aprimorar a integração da sustentabilidade à sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

Em 2022, visando atender às melhores práticas de transparência e reporte, publicamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, trazendo informações econômicas, sociais, ambientais e de governança em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) - padrão adotado mundialmente para relatórios de sustentabilidade. Igualmente relevantes, e reforçando nosso comprometimento com a garantia de equidade, a promoção da inclusão e o respeito à pluralidade de opiniões, foram publicadas as Políticas (i) de Diversidade, Equidade & Inclusão e (ii) de Direitos Humanos.

No pilar Responsabilidade Social, várias campanhas - doação de sangue, agasalhos, Dia das Crianças e Natal - conectaram nossos clientes, parceiros e colaboradores. A campanha do Dia das Crianças levou nossos colaboradores até a Somar para auxiliar a Mostra Cultural - evento realizado por esta Organização que oferece oportunidades para moradores em comunidades de extrema vulnerabilidade social.

A campanha de Natal alcançou 190 crianças e adolescentes e 148 idosos, tendo o Alfa contribuído com cestas básicas e fraldas geriátricas. Também continuamos com a agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives e conteúdos nas redes internas com temáticas relacionadas à diversidade & inclusão, saúde e bem-estar. Ainda no âmbito deste Pilar de Diversidade, Equidade & Inclusão, elaboramos mais uma vez o mapeamento de nossos colaboradores no intuito de aprimorar as ações no que se refere à inclusão e diversidade.

Quanto ao Alfa Collab - que é o hub de inovação do Alfa, as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da Startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a Startup passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios em um determinado horizonte de tempo. Também foi criado um Cluster de Impacto que abrigará startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável, além do retorno financeiro.

No pilar de Compromissos Públicos e Engajamento Institucional, seguimos firmes no nosso propósito de observância dos principais movimentos setoriais. E, seguindo nossa agenda regulatória, publicamos nossa Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, lançamos a jornada ALFA NETZERO, que é um programa de apoio aos clientes e seus parceiros na transição para uma economia carbono neutra, disponibilizando produtos e serviços diversos, desde cálculo de emissões, passando por venda de crédito de carbono, desenvolvimento de projetos de telhas e linhas de financiamento. Ainda sob o égide do Pilar de produtos, as seguintes linhas e operações merecem destaque:

- Continuamos com as linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos com as quais vinhamos atuando;
- CDC/Leasing para o financiamento de Carregadores Elétricos;
- Capital de giro para as concessionárias de veículos em projetos de energia fotovoltaica;
- CDC PF para o financiamento de placas fotovoltaicas;
- CDC PF para o financiamento de bicicletas premium;
- CRA E-Clare Pay Serviços de Gestão de Pagamentos S.A.: 1º CRA de uma startup ligando micro e pequenos produtores rurais ao mercado de capitais, no valor de R\$ 50 milhões;
- Debêntures Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.: 1ª emissão de debêntures em projeto edício de R\$ 109,5 milhões (Casa dos Ventos);
- Debêntures UFV Pitombreira S.A.: coordenação da emissão de R\$ 200 milhões para desenvolvimento e implantação da usina de geração de energia solar (UFV Pitombreira);
- Debêntures Rio Alto STL Holding I S.A.: coordenação da emissão de R\$ 465 milhões classificada como greenbond pela Exame para parques solares do Rio Alto;
- Fianças: em 2022, emitimos ou renovamos R\$ 588 milhões para o setor de energias renováveis, sendo nosso estoque total de R\$ 978,6 milhões.

Seguimos com nossa agenda para acelerarmos e desenvolvermos essas iniciativas e termos um ano ainda mais produtivo, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e a integridade no ambiente de negócios.

BALANÇO PATRIMÔNIO INDIVIDUAL - EM R\$ MIL

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Disponibilidades		34.694	66.264	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		25.683.428	22.705.236
Instrumentos Financeiros		26.245.233	23.190.496	Depósitos	9	12.701.893	9.377.751
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	14.140.827	10.146.513	Operações Compromissadas	9	1.458.372	2.354.922
Títulos e Valores Mobiliários	4	6.345.668	7.306.481	Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	9	8.395.210	8.302.960
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	18.025	64.473	Relações Interdependências	9	9.361	16.082
Operações de Crédito	6	5.740.713	5.673.029	Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	3.050.771	2.630.752
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6d/e	(104.442)	(83.457)	Instrumentos Financeiros Derivativos	5	67.821	22.769
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(189)	(189)	Provisões	10	6.747	3.704
Outros Ativos	7	750.753	556.240	Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	10	6.747	3.704
Créditos Tributários	8	130.863	109.405	Outros Passivos	11	738.273	523.527
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	17	1.062.127	981.607	Obrigações Fiscais Diferidas	8	18.846	14.486
Imobilizado de Uso		16.964	16.732	Patrimônio Líquido	12	1.678.619	1.580.926
Intangível		4.316	3.786	Capital Social		778.180	752.224
Depreciações e Amortizações		(14.406)	(13.005)	Reservas de Capital		2.800	2.800
Ativo Total		28.125.913	24.827.879	Reservas de Lucros		898.112	838.578
				Outros Resultados Abrangentes		-	(12.203)
				Ações em Tesouraria		(473)	(473)
				Passivo Total		28.125.913	24.827.879

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL - EM R\$ MIL

Eventos	Capital		Reservas		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria		Lucros Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	Aumento de Capital	Reservas de Capital	de Lucros	de Lucros	Patrimonial	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros
Saldos em 31/12/2020	725.700	725.700	2.800	813.190	1.513	473	1.513	473	1.513	473	1.513	473	1.513	1.542.730
Aumento de Capital - AGE 31/03/2021	26.524	-	-	-	(26.524)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos:														
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	-	(13.716)	-	-	-	-	-	-	(13.716)
Lucro Líquido do Exercício														73.739
Destinações:														
Reservas	-	-	-	-	51.912	-	-	-	-	(51.912)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.827)	-	-	-	(21.827)
Saldos em 31/12/2021	752.224	752.224	2.800	838.578	(12.203)	(473)	(12.203)	(473)	(12.203)	(473)	(12.203)	(473)	(12.203)	1.580.926
Mutações do Exercício	26.524	-	-	59.534	12.203	-	-	-	-	-	-	-	-	38.196
Saldos em 31/12/2022	752.224	752.224	2.800	848.205	(1.941)	(473)	(1.941)	(473)	(1.941)	(473)	(1.941)	(473)	(1.941)	1.626.771
Aumento de Capital - AGE 30/03/2022	25.956	-	-	25.956	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.956
Outros Eventos:														
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	-	12.203	-	-	-	-	-	-	12.203
Lucro Líquido do Exercício														118.640
Destinações:														
Reservas	-	-	-	-	85.490	-	-	-	-	(85.490)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.150)	-	-	-	(33.150)
Saldos em 31/12/2022	778.180	778.180	2.800	898.112	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	1.678.619
Mutações do Exercício	25.956	-	-	59.534	12.203	-	-	-	-	-	-	-	-	97.693
Saldos em 30/06/2022	752.224	752.224	2.800	848.205	(1.941)	(473)	(1.941)	(473)	(1.941)	(473)	(1.941)	(473)	(1.941)	1.626.771
Aumento de Capital - AGE 30/03/2022	25.956	-	-	25.956	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.956
Outros Eventos:														
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	-	1.941	-	-	-	-	-	-	1.941
Lucro Líquido do Semestre														69.259
Destinações:														
Reservas	-	-	-	-	49.907	-	-	-	-	(49.907)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.352)	-	-	-	(19.352)
Saldos em 31/12/2022	778.180	778.180	2.800	898.112	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	(473)	1.678.619
Mutações do Semestre	25.956	-	-	49.907	1.941	-	-	-	-	-	-	-	-	51.848

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL - EM R\$ MIL

Eventos	Capital		Reservas		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria		Lucros Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	Aumento de Capital	Reservas de Capital	de Lucros	de Lucros	Patrimonial	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros
Saldos em 31/12/2020	725.700	725.700	2.800	813.190	1.513	473	1.513	473	1.513	473	1.513	473	1.513	1.542.730
Aumento de Capital - AGE 31/03/2021	26.524	-	-	-	(26.524)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos:														
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	-	(13.716)	-	-	-	-	-	-	(13.716)
Lucro Líquido do Exercício														73.739
Destinações:														
Reservas	-	-	-	-	51.912	-	-	-	-	(51.912)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.827)	-	-	-	(21.827)
Saldos em 31/12/2021	752.224	752.224	2.800	838.578	(12.203)	(473)	(12.203)	(473)	(12.203)	(473)	(12.203)	(473)	(12.203)	1.580

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - EM R\$ MIL

Ouidário: 0800-720140

Administração e Fiscal em 16/02/2023. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e correção de câmbio e valores mobiliários. Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a convergência à normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normalização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de passivos e ativos contingentes; vi) o pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados. O BACEN através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no IFRS em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução 003 nº 2/2023, estabeleceu diretrizes de provisão para perdas e ajustes relativos aos valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nºs 4 e 5). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6, item "c").

c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" são registrados os títulos e valores mobiliários que não são reconhecidos nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida. i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em montante líquido são baixados contra resultado na medida em que os títulos e valores mobiliários são vendidos ou amortizados. Os títulos e valores mobiliários cujo "vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas e que sejam avaliadas como replicadas no mercado de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na Administração das exposições próprias do Banco ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco com a intenção de proteção a riscos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos são classificados em títulos e valores mobiliários, que atendem os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado. O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fez uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e passivos de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: para as operações de captação Dólar x DI e Dólar x Libor; e DI e Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, neutralizado o resultado, assim, o resultado das operações mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 5 destas demonstrações financeiras. **e) Operações de compra e venda ou transferência de ativos financeiros:** A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.082, de 30/01/2002, e Resolução CMN nº 1.115/2022, alterou a alíquota de 4,367, de 11/09/2014: i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios. Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Na categoria "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. **f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17); • Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; • Amortização, basicamente, de despesas em programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, no prazo máximo de 05 anos; **g) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

Imposto de renda (i) Contribuição Social (ii) PIS Cofins ISS (iii)

Instituições Financeiras 25% 20% 0,65% 4% Até 5%

(i) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%; (ii) Contribuição Social: A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a alíquota de Contribuição Social, de 5% para 20% e é aplicável aos bancos de capital fechado. A Lei nº 14.462/2022, que aprova a Medida Provisória nº 1.115/2022, alterou a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos de 20% para 21%, sendo esta alíquota aplicada no período de 01/08/2022 e 31/12/2022 e; (iii) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 9 "b"); **i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração reconhece e utiliza estimativas e avaliações de diversos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 "e"); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 "b"); e • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e ex-funcionárias, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coberturas e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **l) Resultado recorrente/não recorrente:** A política interna do Banco considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. Além disso, o Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco, no montante de R\$ 118.640, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Composição da carteira

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos do tesouro nacional	3.371.258	3.642.606
Letras financeiras do tesouro	592.311	1.682.563
Notas do tesouro nacional	871.034	1.477.803
Letras do tesouro nacional	1.907.913	482.240
Ações de companhias abertas	-	12.964
Notas promissórias	40.275	44.990
Debêntures	358.914	376.814
Cédulas de produto rural	553.975	314.860
Cotas de fundos em direitos creditórios	957	-
Letras financeiras	124.579	-
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	44.616	5.990
Certificados de recebíveis imobiliários	4.603	9.235
Certificados de recebíveis do agronegócio	313.321	442.961
Títulos livres	4.812.498	4.850.420

(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Sem data de vencimento	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Sem data de vencimento	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias
Títulos do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	25	1.098	1.404.118	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	648.410	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	474.666	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	81.042	-	-	-	-
Cotas de fundos em direitos creditórios	957	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	20.808	88.054	15.717	15.717	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	19.089	-	-	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	90.692	57.399	-	-	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários	957	20.833	179.844	1.438.924	957	20.833	179.844	1.438.924
Títulos para negociação (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	75.944	-	-	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	75.944	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda (iii)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	749.763	-	-	468.580	125.474	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	125.474	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	648.410	-	-	-	-
Notas promissórias	-	-	-	474.666	-	-	-	-
Cédulas de produto rural	-	-	-	81.042	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	19.089	-	-	-	-
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	-	-	-	57.399	-	-	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	4.603	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento (iii)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	957	898.545	2.205.104	2.396.485	957	898.545	2.205.104	2.396.485

(i) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (ii) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. (iii) Conforme nota 04a(i), os valores estão líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os títulos foram classificados nas categorias:

- "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas. - "Títulos para negociação": os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado, foram registrados sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários". - "Títulos disponíveis para venda": os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado foram registrados em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. - "Títulos mantidos até o vencimento": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos, estão líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, na data do balanço totalizava R\$ 4.361.929 (31/12/2021 R\$ 2.644.141). Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLCL.

(c) Composição de títulos vinculados:

	31/12/2022	31/12/2021
Vinculados a operações compromissadas (i)	1.421.456	2.363.766
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	25.206	33.540
Títulos dados em garantia de operações de <i>clearing</i> de câmbio	71.808	47.781
Títulos dados em garantia de registro de gravame	10.628	9.108
Títulos dados em garantia de ações judiciais	4.072	1.869
Total	1.533.170	2.456.061

(i) Os valores estão líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 40.481 (31/12/2021 R\$ 909).

(d) Composição de resultado com títulos mobiliários:

	2º semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Resultado de títulos de renda fixa	813.707	1.314.723	338.609
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	289.694	602.325	204.754
Outras	1.821	1.821	3.504
Total	1.105.222	1.918.869	546.867

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados pelo Banco, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco. Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 31/12/2022 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap* e *NDF*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam substancialmente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Moeda interfinanceiro	224.490	238.740	243.810	90.805	94.597	95.001
Moeda estrangeira	43.470	44.299	47.850	8.330	8.339	9.176
Índices	116.073	131.970	131.883	128.640	140.890	140.673
Posição ativa	384.033	415.009	423.543	227.775	243.826	244.850
Pré	15.664	16.822	17.316	1.663	1.673	1.745
Moeda interfinanceiro	143.879	160.414	162.205	135.307	140.389	140.723
Moeda estrangeira	95.999	98.234	99.174	90.805	95.696	95.890
Índices	128.491	131.498	134.774	-	-	-
Posição passiva	384.033	406.968	413.469	227.775	237.758	238.358
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	8.041	10.074	-	6.068	6.492

Non Deliverable Forward

Posições Ativas	596.007	676.134	592.811	491.152	495.590	494.300
Posições Passivas	596.007	673.492	593.669	491.152	498.468	496.798
Exposição Líquida - NDF	-	2.642	(858)	-	(2.878)	(2.498)
Total	-	9.216	9.216	-	3.994	3.994

Hedge:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Moeda estrangeira	1.147.675	1.114.613	1.139.135	1.490.225	1.552.300	1.602.053
Posição ativa	1.147.675	1.114.613	1.139.135	1.490.225	1.552.300	1.602.053
Moeda interfinanceiro	1.147.675	1.155.286	1.198.147	1.490.225	1.497.879	1.564.343
Posição passiva	1.147.675	1.155.286	1.198.147	1.490.225	1.497.879	1.564.343
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	(40.653)	(59.012)	-	54.421	37.710

(b) Contratos de futuros:

Negociação:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor de Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor de Valor Justo
Compromissos de compra - DDI	782	203.978	-	170	47.346	-
Compromissos de venda - DDI	1.112	(283.994)	-	430	(119.541)	-
Compromissos de compra - DI	1.754	169.373	-	1320	1.288.438	-
Compromissos de venda - DI	6.958	(570.349)	-	20.660</		

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. 06.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1996
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

DE INVESTIMENTO

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - EM R\$ MIL

Odviduária: 0800-720140

contexto, o Banco concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/12/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 48.276 (31/12/2021 R\$ 114.344). Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 31/12/2022 é de R\$ 67.487 (31/12/2021 R\$ 31.920). **f) Cessão de crédito:** Em 2020 o Banco realizou operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume destas transações no ano de 2021 correspondeu a R\$ 763.232. Em 2022 não foi realizado este tipo de operação.

g) Rendas de operações de crédito:

	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2021	2022	2021
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	265.258	501.470	263.630	501.470
Rendas de financiamentos	138.687	216.683	131.573	216.683
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	61	981	6.470	981
Total	404.006	719.134	401.673	719.134

7. OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de câmbio (a)	660.247	463.836
Depósitos judiciais	31.842	30.052
Despesas antecipadas	17.458	24.294
Outros valores e bens	10.888	8.635
Outros	30.318	29.423
Total	750.753	556.240
Circulante	706.478	524.144
Não Circulante	44.275	32.096
Total	750.753	556.240

(a) Carteira de câmbio:

	Outros Ativos		Outros Passivos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio comprado a liquidar	663.633	463.836	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	14.097	-
Direitos sobre vendas de câmbio	5.324	-	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	629.286	446.610
Adiantamentos recebidos	(8.710)	-	-	-
Total	660.247	463.836	643.383	446.610

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social				
	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e dedução das participações no resultado	63.592	112.908	81.254	112.908
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(28.616)	(50.809)	(36.564)	(50.809)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Juros sobre o capital próprio	8.708	14.917	9.822	14.917
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	265	(1.370)	2.082	(1.370)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	318	(9.442)	(9.727)	(9.442)
Créditos amortizados para prejuízo	-	-	2.610	-
Equivalência patrimonial	24.025	41.250	19.783	41.250
Ajustes ao valor de mercado	3.092	12.023	(10.059)	12.023
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	8.060	6.272	8.982	6.272
Obrigações fiscais diferidas	(2.464)	(4.360)	(4.991)	(4.360)
Ativo fiscal diferido	30.564	32.525	19.182	32.525
Outros valores (ii)	(38.285)	(35.274)	(6.635)	(35.274)
Imposto de renda e contribuição social	5.667	5.732	(7.515)	5.732
Impostos correntes	(22.433)	(22.433)	(21.706)	(22.433)
Impostos diferidos	28.100	28.165	14.191	28.165
Resultado contabilizado	5.667	5.732	(7.515)	5.732

(i) Vide nota explicativa nº 2 "h".

(ii) Composto, basicamente, por provisões para perdas associadas ao risco de crédito, participação nos lucros, despesas administrativas e pessoal.

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2022	
	Constituição	Reversão	Constituição	Reversão
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.668	2.399	(1.029)	3.038
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	37.556	45.609	(36.167)	46.998
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	20.385	-	(6.272)	14.113
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	34.420	70.565	(89.994)	14.991
Outros créditos tributários (i)	15.376	56.322	(19.975)	51.723
Total - créditos tributários	109.405	174.895	(153.437)	130.863
Obrigações fiscais diferidas	(14.486)	(79.585)	75.225	(18.846)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	94.919	-	112.017	-
% Sobre patrimônio líquido	6,0%	-	6,7%	-

(i) Conforme nota 8a(ii).

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2022, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Realização dos créditos tributários	30%	18%	9%	27%	16%

Em 31/12/2022, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 78.605. Em 31/12/2022 e 31/12/2021 todos os créditos tributários estavam ativados.

9. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias		de 91 a 180 dias		de 181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Total
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Depósitos interfinanceiros	6.524.330	830.587	6.713	-	7.361.630	-	-	-	13.885.967
Depósitos a prazo (i)	1.428.961	2.485.289	1.411.314	14.699	5.340.263	14.699	12.701.893	-	10.726.155
Total de depósitos	7.953.291	3.315.876	1.418.027	14.699	12.701.893	14.699	12.701.893	-	24.612.122
Captações no mercado aberto	1.458.372	-	-	-	1.458.372	-	-	-	2.916.744
Recursos de ações e emissão de títulos	1.625.284	2.859.394	3.627.883	282.649	8.395.210	282.649	7.313.619	-	16.703.552
Letras financeiras	937.807	2.465.480	3.627.883	282.649	7.313.619	282.649	7.313.619	-	14.927.137
Letras de crédito do agronegócio	287.477	393.914	-	-	905.220	-	905.220	-	1.586.611
Obrigações por empréstimos no exterior	331.347	406.006	1.056.319	-	1.793.626	-	1.793.626	-	3.581.259
Obrigações por repasses do país (ii)	155.247	263.358	563.818	274.722	1.257.145	274.722	1.257.145	-	2.515.652
Total de depósitos e recursos captados	11.523.496	6.844.634	6.666.046	572.070	25.606.246	572.070	25.606.246	-	42.118.748
% Concentração por prazo	45,0%	26,8%	26,0%	2,2%	100,0%	2,2%	100,0%	-	-

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 1.876.088 (31/12/2021 R\$ 2.615.918), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3 e na CRT4. (ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2026 à taxa pós-fixada de 0,90% ao ano mais TULP, pós-fixada de 2,80% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,30% até 1,76% ao ano mais SELIC, e LIBOR pós-fixada de 1,20%; Operações de FINAME, com vencimentos até 17/12/2029 à taxa pré-fixada de 1,50% até 13,70% ao ano, pós-fixada de 0,90% ao ano mais TULP, pós-fixada de 3,07% até 6,50% ao ano mais TLP-IPC, e pós-fixada de 0,95% até 2,45% ao ano mais SELIC.

10. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias		Trabalhistas		Cíveis	
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)
Saldo inicial em 01/01/2022	1.911	1.781	12	3.704	-	-
(+) Complemento líquido de reversões	49	4.846	258	5.153	-	-
(-) Atualização	154	-	-	154	-	-
(+) Pagamentos	-	(2.025)	(239)	(2.264)	-	-
Saldo final em 31/12/2022	2.114	4.602	31	6.747	-	-

(i) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2019, no montante de R\$ 1.318 (31/12/2021 R\$ 1.195). (ii) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensões trabalhistas. A provisão constituída encontra-se na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento. As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisões são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco a este título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 853 (31/12/2021 R\$ 1.349).

(iii) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes" e leva em conta as datas esperadas de pagamentos. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 438 (31/12/2021 R\$ 506), representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

11. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de câmbio (i)	643.383	446.610
Despesas de pessoal e administrativa	34.328	31.220
Sociais e estatutárias	28.533	18.645
Resultado de exercícios futuros	6.060	6.001
Outros	25.969	21.051
Total	738.273	523.527
Circulante	737.328	522.582
Não Circulante	945	945
Total	738.273	523.527

(i) Conforme nota explicativa nº 7 "a".

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social: Dividido em 53.482.129 (31/12/2021 53.482.129) ações ordinárias e 35.118.455 (31/12/2021 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. E assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada pelo Banco Central do Brasil em 03/08/2022, aprovou o aumento do capital social para R\$ 778.180 mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 25.956. **b) Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido Anual:

	Exercícios	
	2022	2021
Lucro líquido dos exercícios	118.640	73.739
(-) Reserva legal	(5.932)	(3.687)
Lucro líquido ajustado	112.708	70.052
Juros sobre o capital próprio - valor bruto	33.150	21.827
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(4.973)	(3.274)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	28.177	18.553
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	26%

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 33.150 no exercício (2021 R\$ 21.827), correspondendo ao valor bruto de R\$ 212.68 (2021 R\$ 14.31) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 620,46 (2021 R\$ 599,77) por lote de mil ações preferenciais. Os juros sobre o capital próprio referente ao 1º semestre totalizaram R\$ 13.798 (2021 R\$ 11.296 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 54,35 (2021 R\$ 14,31) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 310,23 (2021 R\$ 299,89) por lote de mil ações preferenciais. Para o 2º semestre foi aprovado o valor de R\$ 19.352 (2021 R\$ 10.531), correspondendo ao valor bruto de R\$ 158,33 (2021 R\$ 0,00) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 310,23 (2021 R\$ 299,89) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 14.917 (2021 R\$ 9.822) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Carta Circular BACEN nº 3.935/19, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Reserva de lucros:

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva estatutária - para aumento de capital	603.201	557.555
Reserva estatutária - especial para dividendos	150.890	142.934
Reserva legal	109.577	103.645
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
Total	898.112	838.578

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas foram efetivamente realizadas ou distribuídas. No exercício não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros. **d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações:** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 31/03/2019, o Conselho de Administração aprovou o "Programa de Recompra" de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 330.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. A quantidade de ações em tesouraria em 31/12/2022 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473. Em 31/12/2022, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente. O valor de mercado das ações, em 31/12/2022, eram de R\$ 9,34 por ação ON e R\$ 9,29 por ação PN.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo BACEN, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir. Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Recargas (despesas)	Recargas (despesas)
Disponibilidades	324	3.172	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	324	3.172	-	-
Banco Alfa S.A.	324	3.172	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros	6.197.455	5.826.725	676.489	216.521
- Controladas	(135.903)	219.060	7.638	3.829
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(110.520)	(86.310)	(10.893)	(3.229)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(25.383)	305.370	18.531	7.058
- Outras partes relacionadas (1)	6.333.358	5.607.665	668.851	212.692
Banco Alfa S.A.	1.011.697			



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1966
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

DE INVESTIMENTO

→ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ouidoria: 0800-7220140

Analisamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: a) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; b) As Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2022, comparadas com as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2021, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do Brasil; e c) O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"

Paulo Caio Ferraz de Sampaio
José Antonio Rigobello

Rubens Barletta
Valter dos Santos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM IFRS - EM R\$ MIL

Nota Explicativa	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos	3/4	38.834	71.345	
Instrumentos financeiros derivativos	3/5	43.599	81.019	
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	3/6	13.369.415	9.831.586	
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	3/7	6.378.138	6.257.803	
Títulos para investimento	3/8	6.632.046	7.555.267	
Ativos tangíveis		6.125	6.962	
Ativos intangíveis		1.213	1.174	
Ativos tributários diferidos	24	136.768	114.006	
Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos		10.915	8.635	
Outros Ativos	9	133.951	134.633	
Total do Ativo		26.751.004	24.062.430	
Obrigações				
Passivos com instituições financeiras	3/10	7.897.549	7.109.226	
Depósitos de clientes	3/11	5.167.624	4.353.070	
Instrumentos financeiros derivativos	3/5	71.966	22.770	
Títulos emitidos	3/12	8.603.962	8.157.833	
Empréstimos e repasses	3/13	3.050.771	2.630.752	
Obrigações fiscais		91.366	51.639	
Passivos contingentes e obrigações legais	14	23.941	18.103	
Outros passivos	15	102.589	89.511	
Total das Obrigações		25.009.768	22.432.904	
Patrimônio Líquido				
Capital social	16a	778.180	752.224	
Reserva de capital		2.800	2.800	
Reserva de Lucros	16b	898.112	838.578	
Outros Resultados Abrangentes		-	(12.203)	
Ações em tesouraria		(473)	(473)	
Lucros/(prejuízos) acumulados	16c	18.063	17.189	
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	16	1.696.682	1.598.115	
Participações de Acionistas Não Controladores		44.554	31.411	
Total do Patrimônio Líquido		1.741.236	1.629.526	
Total das Obrigações e Patrimônio Líquido		26.751.004	24.062.430	

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM IFRS - EM R\$ MIL

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Reservas de Resultados Abrangentes		Ações em Tesouraria		Lucros Acumulados		Total do Patrimônio Líquido dos Controladores		Participação de Acionistas não Controladores		Patrimônio Líquido Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	725.700	2.800	813.190	1.513	(473)	17.046	1.559.776	44.311	1.604.087	(13.716)	(14.583)	(28.299)	73.882	73.882	1.683	75.565
Aumento de Capital - AGE de 31/03/2021	26.524	-	(26.524)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos:																
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(13.716)	-	-	(13.716)	-	-	-	(14.583)	(28.299)	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	(13.716)	-	-	73.882	-	-	-	(14.583)	(28.299)	-	-	-	-
Destinações:																
Reservas	-	-	51.912	-	-	(51.912)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(21.827)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	752.224	2.800	838.578	(12.203)	(473)	17.189	1.598.115	31.411	1.629.526	(13.716)	(14.583)	(28.299)	73.882	73.882	1.683	75.565
Mutações do Exercício	26.524	-	25.398	(13.716)	-	143	39.339	(12.900)	25.439	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	752.224	2.800	838.578	(12.203)	(473)	17.189	1.598.115	31.411	1.629.526	(13.716)	(14.583)	(28.299)	73.882	73.882	1.683	75.565
Aumento de Capital - AGE de 30/03/2022	25.956	-	(25.956)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos:																
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	12.203	-	-	12.203	-	-	-	8.673	20.876	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	12.203	-	-	12.203	-	-	-	8.673	20.876	-	-	-	-
Destinações:																
Reservas	-	-	85.490	-	-	(85.490)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(33.150)	-	-	-	-	-	(33.150)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	778.180	2.800	898.112	(473)	18.063	1.696.682	44.554	1.741.236	31.411	(13.716)	(14.583)	(28.299)	73.882	73.882	1.683	75.565
Mutações do Exercício	25.956	-	59.534	12.203	-	874	98.567	13.143	111.710	-	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA EM IFRS - MÉTODO INDIRETO - EM R\$ MIL

Atividades Operacionais	Exercícios		Atividades de Investimentos	Atividades de Financiamento
	2022	2021		
Lucro Líquido dos Exercícios	123.984	75.565		
Ajustes ao Lucro Líquido	91.249	15.665		
- Depreciações e Amortizações	2.206	2.121		
- Resultado das Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	85.288	15.554		
- Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	8.466	134		
- Ajustes de Atualização de Depósito Judicial	(4.711)	(2.144)		
(Aumento) dos Ativos Operacionais	(2.710.989)	(7.389.886)		
Instrumentos Financeiros Derivativos	37.420	(69.637)		
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	(2.601.896)	(4.622.273)		
Operações de Crédito e Adiantamentos a Clientes	(127.896)	(2.689.299)		
Ativos Tributários Diferidos	(22.762)	(27.611)		
Ativos Recebidos em Dação por Recuperação de Créditos	(2.280)	-		
Outros Ativos	6.398	18.934		
Aumento dos Passivos Operacionais	2.558.725	7.585.017		
Passivos com Instituições Financeiras	788.323	2.557.159		
Depósitos de clientes	814.554	1.369.625		
Instrumentos Financeiros Derivativos	49.196	(565)		
Títulos Emitidos	446.129	2.824.016		
Empréstimos e Repasses	420.019	798.887		
Total	188.249	101.345		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - EM R\$ MIL

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Este conjunto de demonstrações financeiras consolidadas foram elaborado considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de consolidadas de acordo com as práticas internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Essas Normas e Interpretações constituem o padrão IFRS e compreendem: - Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); - Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e - Interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações de Relatórios Financeiro Internacional (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC). As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2021, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas contêm descrições narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, na demonstração dos resultados, na demonstração dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram concluídas em 15 de fevereiro de 2023 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal do Banco em 16 de fevereiro de 2023. Com o objetivo de garantir uma melhor apresentação e comparabilidade dos saldos, foram realizadas algumas reclassificações no balanço patrimonial e demonstrações dos resultados do ano anterior. **b) Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas pelo método integral, somando-se os saldos apresentados nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias abaixo listadas e eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes.

c) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e suas controladas. Exceto quando indicado, as informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas foram expressas em Reais (R\$) arredondadas para o milhar mais próximo. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. O valor contábil de operações de crédito e de arrendamento mercantil designadas como objeto de *hedge* em transações qualificáveis para *hedge* contábil é ajustado ao valor justo no que diz respeito ao risco *hedgado*. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco e suas controladas, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras (vide notas explicativas nº 3, 6 e 7); • Categorização e avaliação de instrumentos financeiros (vide notas explicativas nº 3, 5, 6, 7 e 8); • Passivos contingentes e obrigações legais (vide nota explicativa nº 14); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 24 "b"); e • Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos (vide notas explicativas nº 3, 5 e 8). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. Informações adicionais sobre o uso de estimativas e julgamentos são apresentadas diretamente nas notas explicativas específicas. **f) Mudanças nas principais práticas contábeis:** As políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **IFRS 16 - Arrendamentos:** A nova norma não altera a definição de arrendamento, em que o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de utilizar o ativo por um período de tempo pactuado. Porém não existe mais a distinção entre os critérios contábeis aplicados para arrendamento operacional e arrendamento financeiro. O Banco e suas controladas analisaram seus contratos de arrendamento nos termos do IFRS 16 - Arrendamento e não há efeitos significativos de valor decorrente da nova avaliação de classificação nas demonstrações financeiras. **IFRS 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imp**

valor do investimento líquido no arrendamento acrescido dos encargos incrementais diretamente atribuíveis, sendo mensurados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros. f) **Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos:** O IFRS 9 determina a utilização de um modelo prospectivo de "perda esperada". Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam a perda esperada de crédito, que será determinada com base em probabilidades ponderadas. A perda esperada de crédito é resultado do produto de 3 fatores: a probabilidade de descumprimento (PD), a perda irreversível do descumprimento (LGD) e a exposição ao descumprimento (EAD). A PD refere-se à probabilidade de descumprimento de um cliente para com suas obrigações de liquidação de uma operação de crédito. A PD é calculada através de modelo estatístico interno baseada em informações sobre o cliente - seu risco interno (*rating*), produto, garantias prestadas, histórico financeiro com companhia entre outros. O LGD trata da perda irreversível do descumprimento da operação de crédito após o emprego de todas as medidas de recuperação e cobrança cabíveis no processo. Por fim a EAD refere-se à exposição contábil sujeita ao descumprimento da liquidação do crédito na data da apuração da perda esperada. Adicionalmente, além dos fatores utilizados na apuração da perda esperada, o Banco e suas controladas consideram o efeito de variáveis macroeconômicas, que podem sensibilizar esta apuração. A perda esperada é mensurada nas seguintes bases: a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. O Banco e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e - Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. g) **Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos:** Os ativos originalmente recebidos em garantia, que são retornados em ações de cobrança ou recebidos em "dação em pagamento", são inicialmente classificados na rubrica "ativos recebidos em dação por recuperação de crédito" e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil do crédito ou adiantamento concedido objeto da recuperação. Subsequentemente, estes ativos são reavaliados no mínimo por ocasião dos balanços, pelo menor valor entre o valor de seu reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda. h) **Ativos tangíveis:** O imobilizado é demonstrado pelo valor de custo, excluindo os gastos com manutenção, deduzida a depreciação acumulada e, se necessário, ajustado ao seu valor de recuperação. A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas de itens dos imobilizados são as seguintes:

Descrição	Tempo de vida útil estimado
Edificações	25 anos
Veículos e Equipamentos de Processamento de dados	05 anos
Demais itens	10 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "Outras receitas" na demonstração do resultado do período em que o ativo foi alienado. i) **Passivos financeiros:** Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivativos incluem recursos de depósitos captados junto a clientes e instituições financeiras, títulos emitidos, captações de empréstimos e recursos de repasses. Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva. Quando os títulos são vendidos com cláusulas de compromisso de recompra a um preço predeterminado, estes ativos são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e reconhecido ao longo do prazo da operação. Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de cobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com cobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações através do método da taxa de juros efetiva. j) **Garantias financeiras:** As garantias financeiras são contratos de fianças prestadas que requerem do Banco e suas controladas pagamentos específicos no lugar do contratante/adiquirente da garantia financeira em caso do mesmo deixar de efetuar um pagamento nos termos de um instrumento de dívida. Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é a comissão recebida ou a receber, a qual é reconhecida no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia financeira é subsequentemente contabilizado pelo maior valor entre o valor amortizado e a melhor estimativa de valor a ser desembolsado para liquidação da obrigação decorrente da garantia prestada. A Administração do Banco e suas controladas avaliam em bases contínuas a necessidade de constituição de provisão para garantias financeiras, a qual, quando considerada necessária, é contabilizada em "Passivos contingentes e obrigações legais". k) **Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

Imposto de renda (I)	Contribuição Social (II)	PIS	Cofins	ISS (III)
Instituições Financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%
Instituições não Financeiras	25%	9%	0,65%	4%

(I) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%; (II) Contribuição Social: A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a alíquota de Contribuição Social, de 15% para 20% e é aplicável aos Bancos de qualquer espécie. A Lei nº 14.446/2022, que aprova a Medida Provisória nº 1.115/2022, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Bancos de 20% para 21% e para demais instituições financeiras de 15% para 16%, sendo estas alíquotas aplicadas no período de 01/08/2022 até 31/12/2022; e (III) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos correntes e diferidos: (I) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. (II) Imposto diferido: O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. i) **Passivos contingentes e obrigações legais:** As provisões, que incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e não ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis. As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da instituição, são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como possível ou provável, neste último caso (provável), com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. m) **Margem financeira:** As receitas e despesas de juros são apresentadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, na margem financeira, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros esperados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociações de operações de crédito e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações, que incluem avaliações de taxas, ágio e deságio, e custos da transação que puderam ser atribuídos diretamente. No que se refere aos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros materiais nessa classificação. O ajuste decorrente de variação no valor justo sobre os instrumentos financeiros derivativos para gestão de riscos que se qualificam para *hedging* contábil do tipo *hedge* de valor justo é contabilizado como receitas e despesas de juros, na margem financeira, mesmas rubricas onde são registrados os ajustes de variação no valor justo das exposições ao risco de taxa de juros, objeto de *hedging*. As receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos vencidas são reconhecidas até o 59º dia após o vencimento, quando deixam de ser reconhecidas pela fluência do prazo e passam a ser reconhecidas por ocasião do seu recebimento. n) **Resultado líquido de serviços e comissões:** As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis às operações de crédito integram a taxa efetiva de juros das operações e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros, na margem financeira, ao longo dos prazos das operações. As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões, taxas de administração de fundos de investimentos e outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. o) **Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito dos potenciais ações diluidoras, se existentes, com as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O Banco e suas controladas não mantiveram durante os exercícios reportados nestas demonstrações financeiras, dívidas conversíveis ou programas de opções sobre ações próprias que tivessem o efeito de diluição dos resultados tal como previsto pelo IAS 33. p) **Segmentos operacionais:** Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Banco e suas controladas, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de desempenho e alocação de recursos. As atividades do Banco e suas controladas constituem um segmento único, o segmento de Atacado, o qual é composto principalmente por operações de capital de giro, aquisição de ativos, créditos vinculados à cessão, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

3. **ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**
Os ativos e passivos financeiros são avaliados em base contínua a valor justo ou ao custo amortizado. O resumo das práticas contábeis apresentado na nota explicativa nº 2 descreve como as classes de instrumentos financeiros são avaliadas, e como as receitas e despesas, incluindo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo são reconhecidas. a) **Classes de ativos e passivos financeiros:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	38.834	38.834	71.345	71.345
Instrumentos financeiros derivativos	43.599	43.599	81.019	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	13.369.415	13.369.415	9.838.866	9.838.866
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.378.138	6.378.138	6.378.138	6.378.138
Títulos para investimento	2.263.695	4.368.351	6.632.046	6.632.046
Total de ativos financeiros	15.676.709	6.378.138	4.407.185	26.462.032
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	-
Passivos com clientes	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	71.966	71.966	71.966	71.966
Títulos emitidos	1.095.998	1.095.998	8.603.962	8.603.962
Empréstimos e repasses	1.167.964	1.954.773	3.050.771	3.050.771
Total de passivos financeiros	1.167.964	1.954.773	21.669.135	24.791.872

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	38.834	38.834
Instrumentos financeiros derivativos	43.599	43.599	43.599	43.599
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	13.369.415	13.369.415	13.369.415	13.369.415
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.378.138	6.378.138	6.378.138	6.378.138
Títulos para investimento	2.263.695	4.368.351	6.632.046	6.632.046
Total de ativos financeiros	15.676.709	6.378.138	4.407.185	26.462.032
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	-
Passivos com clientes	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	71.966	71.966	71.966	71.966
Títulos emitidos	1.095.998	1.095.998	8.603.962	8.603.962
Empréstimos e repasses	1.167.964	1.954.773	3.050.771	3.050.771
Total de passivos financeiros	1.167.964	1.954.773	21.669.135	24.791.872

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	71.345	71.345
Instrumentos financeiros derivativos	81.019	81.019	81.019	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	9.831.586	9.831.586	9.831.586	9.831.586
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.257.803	6.257.803	6.257.803	6.257.803
Títulos para investimento	2.075.284	2.806.359	6.273.624	7.555.267
Total de ativos financeiros	11.987.889	2.806.359	6.257.803	23.797.020
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	-
Passivos com clientes	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	71.966	71.966	71.966	71.966
Títulos emitidos	8.603.962	8.603.962	8.603.962	8.603.962
Empréstimos e repasses	1.095.998	1.954.773	3.050.771	3.050.771
Total de passivos financeiros	1.167.964	1.954.773	21.669.135	24.791.872

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	71.345	71.345
Instrumentos financeiros derivativos	81.019	81.019	81.019	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	9.831.586	9.831.586	9.831.586	9.831.586
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.257.803	6.257.803	6.257.803	6.257.803
Títulos para investimento	2.075.284	2.806.359	6.273.624	7.555.267
Total de ativos financeiros	11.987.889	2.806.359	6.257.803	23.797.020
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	-
Passivos com clientes	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	71.966	71.966	71.966	71.966
Títulos emitidos	8.603.962	8.603.962	8.603.962	8.603.962
Empréstimos e repasses	1.095.998	1.954.773	3.050.771	3.050.771
Total de passivos financeiros	1.167.964	1.954.773	21.669.135	24.791.872

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

b) **Critério de valorização de instrumentos financeiros:**

	Valor Justo		Total
	Nível I	Nível II	
Ativos Financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	38.834	-	38.834
Instrumentos financeiros derivativos	-	43.599	43.599
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	13.369.415	13.369.415
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.378.138	-	6.378.138
Títulos para investimentos	4.368.351	1.589.251	6.378.138
Total de ativos financeiros	10.785.323	1.589.251	14.087.458
Passivos financeiros			
Passivos com instituições financeiras	7.897.549	-	7.897.549
Passivos com clientes	5.167.624	-	5.167.624
Instrumentos financeiros derivativos	-	71.966	71.966
Títulos emitidos	8.603.962	-	8.603.962
Empréstimos e repasses	1.954.773	-	1.954.773
Total de passivos financeiros	23.623.908	-	1.167.964

Em 31 de dezembro de 2022:
Ativos Financeiros
Caixa e disponibilidades em bancos
Instrumentos financeiros derivativos
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras
Operações de crédito e adiantamentos a clientes
Títulos para investimentos
Total de ativos financeiros
Passivos financeiros
Passivos com instituições financeiras
Passivos com clientes
Instrumentos financeiros derivativos
Títulos emitidos
Empréstimos e repasses
Total de passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021:
Ativos Financeiros
Caixa e disponibilidades em bancos
Instrumentos financeiros derivativos
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras
Operações de crédito e adiantamentos a clientes
Títulos para investimentos
Total de ativos financeiros
Passivos financeiros
Passivos com instituições financeiras
Passivos com clientes
Instrumentos financeiros derivativos
Títulos emitidos
Empréstimos e repasses
Total de passivos financeiros

A metodologia utilizada para a mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "nível II" (aplicações em depósitos interfinanceiros, instrumentos financeiros derivativos, títulos para investimento e operações de captações objeto de *hedging*) é o desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros destas operações, utilizando, para tanto, taxas usuais de mercado divulgadas pela B3 para ativos semelhantes. O Banco e suas controladas não possuem ativos ou passivos financeiros para os quais não existam dados para precificação disponíveis em mercados ativos, portanto, não apresentam saldos que tenham sido avaliados conforme nível III. Os títulos para investimento são classificados ao Valor Justo por Meio do Resultado, conforme Modelo de Negócios.

c) **Distribuição dos ativos e passivos financeiros por faixa de vencimento:**

Venci-dos	1 a 90 dias		91 a 360 dias		361 a 1.080 dias		Acima de 1.080 dias		Provisão para	Total
	(I)	(II)	(I)	(II)	(I)	(II)	(I)	(II)		
Ativos Financeiros										
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.834
Instrumentos financeiros derivativos	28.267	12.473	1.390	1.469	-	-	-	-	-	43.599
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	1.276.276	4.017.356	7.763.951	311.832	-	-	-	-	-	13.369.415
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	8.873	2.160.465	2.478.549	1.333.150	464.537	(67.436)	-	-	-	6.378.138
Títulos para investimentos	-	1.042.398	2.428.984	2.434.973	808.823	(83.132)	-	-	-	6.632.046
Total de ativos financeiros	8.873	4.546.240	8.937.362	11.533.464	1.586.661	(150.568)	-	-	-	26.462.032
Passivos Financeiros										
Passivos com instituições financeiras	-	7.060.249	830.587	6.713	-	-	-	-	-	7.897.549
Passivos com clientes	-	1.428.953	2.441.590	1.282.382	14.699	-	-	-	-	5.167.624
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.859	1.794	1.224	64.089	-	-	-	-	71.966
Títulos emitidos	-	1.637.834	2.891.936	3.791.128	283.064	-	-	-	-	8.603.962
Empréstimos e repasses	-	486.549	669.364	1.620.136	274.722	-	-	-	-	3.050.771
Total de passivos financeiros	-	10.618.444	8.835.271	6.701.583	636.574	-	-	-	-	24.791.872

Em 31 de dezembro de 2022:
Ativos Financeiros
Caixa e disponibilidades em bancos
Instrumentos financeiros derivativos
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras
Operações de crédito e adiantamentos a clientes
Títulos para investimentos
Total de ativos financeiros
Passivos Financeiros
Passivos com instituições financeiras
Passivos com clientes
Instrumentos financeiros derivativos
Títulos emitidos
Empréstimos e repasses
Total de passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021:
Ativos Financeiros
Caixa e disponibilidades em bancos
Instrumentos financeiros derivativos
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras
Operações de crédito e adiantamentos a clientes
Títulos para investimentos
Total de ativos financeiros
Passivos Financeiros
Passivos com instituições financeiras
Passivos com clientes
Instrumentos financeiros derivativos
Títulos emitidos
Empréstimos e repasses
Total de passivos financeiros

(I) Referem-se a contratos vencidos há mais de 14 dias. (II) Incluem caixa e disponibilidades em bancos, ações de companhias abertas e cotas de fundo de investimento, sem data de vencimento. Os depósitos a prazo, classificados na rubrica "Passivos com clientes", foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 1.876.088 (31/12/2021) R\$ 2.615.918) referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatadas antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3. d) **Valor justo dos instrumentos financeiros:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS - EXERCÍCIOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - EM R\$ MIL

Ouidoria: 0800-7220140

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Parcelas vencidas					
Empréstimos e títulos descontados	1.680.564	1.391.332	737.532	64.279	3.873.707
Financiamentos	206.596	517.329	539.532	86.345	1.349.802
Arrendamento financeiro	59.398	160.259	305.335	110.001	634.993
Adiantamentos de contrato de câmbio	179.801	267.168	-	-	446.969
Subtotal de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	2.126.359	2.336.088	1.582.399	260.625	6.305.471
Parcelas vencidas (I)					
Empréstimos e títulos descontados	727	1.196	-	-	1.923
Financiamentos	344	-	-	-	344
Subtotal de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	1.071	1.196	-	-	2.267
Total de Operações de crédito e adiantamento a clientes	2.127.430	2.337.284	1.582.399	260.625	6.307.738

(I) Saldo das parcelas vencidas há mais de 14 dias.

c) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por modalidade:

	31/12/2022		31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos (I)	A Vencer	Vencidos (I)
Conta garantida	510	-	510	-
Capital de giro	1.995.823	2.880	1.998.703	1.967.758
Vendedor	5.688	-	5.688	5.814
Compror	3.195	-	3.195	14.576
Direitos a receber - aquisição de ativos	1.346.087	5.993	1.352.080	1.858.915
Financiamentos	1.744.848	-	1.744.848	6.429
ACC/ACE	635.474	-	635.474	446.969
Arrendamento mercantil financeiro	705.076	-	705.076	634.993
Total	6.436.701	8.873	6.445.574	6.279.297

(I) Saldo de operações vincendas há mais de 14 dias.

d) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por modalidade e faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	Vencidos 90 dias	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias
Conta garantida	-	-	510	-	510
Capital de giro	2.880	331.704	1.206.237	372.876	85.006
Vendedor	-	5.539	149	-	5.688
Compror	-	3.195	-	-	3.195
Direitos a receber - aquisição de ativos	5.993	1.202.751	143.336	-	1.352.080
Financiamentos	-	257.602	584.605	627.916	274.275
ACC/ACE	-	293.432	339.900	2.142	635.474
Arrendamento mercantil financeiro	-	66.242	203.812	330.216	104.806
Total	8.873	2.160.465	2.478.549	1.333.150	464.537

	31/12/2021				
	Vencidos 90 dias	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias
Conta garantida	-	-	510	-	510
Capital de giro	22.013	225.459	951.979	726.040	64.279
Vendedor	-	5.761	53	-	5.814
Compror	-	12.514	2.062	-	14.576
Direitos a receber - aquisição de ativos	-	1.435.170	423.745	-	1.858.915
Financiamentos	6.429	206.188	516.168	536.564	84.796
ACC/ACE	-	179.801	267.168	-	446.969
Arrendamento mercantil financeiro	-	59.398	160.259	305.335	110.001
Total	28.442	2.124.741	2.327.540	1.567.939	259.076

	31/12/2022				
	Vencidos 90 dias	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias
Capital de giro	22.013	225.459	951.979	726.040	64.279
Vendedor	-	5.761	53	-	5.814
Compror	-	12.514	2.062	-	14.576
Direitos a receber - aquisição de ativos	-	1.435.170	423.745	-	1.858.915
Financiamentos	6.429	206.188	516.168	536.564	84.796
ACC/ACE	-	179.801	267.168	-	446.969
Arrendamento mercantil financeiro	-	59.398	160.259	305.335	110.001
Total	28.442	2.124.741	2.327.540	1.567.939	259.076

e) Análise da movimentação para perdas esperadas:

	Exercícios	
	2022	2021
Saldo inicial dos exercícios	49.935	25.641
Complemento líquido de reversão	7.104	18.299
Baixas líquidas dos valores recuperados	10.397	5.995
Saldo final dos exercícios	67.436	49.935

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*. Nesse contexto, o Banco e suas controladas concederam ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/12/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 48.817 (31/12/2021 R\$ 117.872). Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de risco apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 31/12/2022 é de R\$ 75.396 (31/12/2021 R\$ 40.067).

f) Análise das receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes:

	Exercícios	
	2022	2021
Empréstimos e títulos descontados	515.288	274.253
Financiamentos	212.281	97.545
Arrendamento financeiro	99.511	43.098
Contratos de câmbio	113.688	(26.726)
Total de receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes	940.768	388.170

8. TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

a) Composição dos títulos para investimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Livres	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	Livres
Títulos de dívida pública	712.661	995.546		
- Letras financeiras do tesouro	506.500	98.891		
- Letras do tesouro nacional	121.270	737.222		
- Notas do tesouro nacional	84.891	159.433		
Cotas de fundos de investimento	52.599	39.947		
Letras financeiras	143.608	13.161		
Fundo imobiliário	-	-		
Certificado de recebíveis imobiliários	4.586	-		
Certificado de recebíveis do agronegócio	152.679	4.626		
Ações de companhias abertas	1.263	15.373		
Debêntures	335.027	102.311		
Subtotal	1.402.423	1.187.613		
Vinculados				
Títulos de dívida pública	822.728	887.671		
- Letras financeiras do tesouro	468.874	1.144		
- Letras do tesouro nacional	353.395	886.187		
- Notas do tesouro nacional	-	459		
Debêntures	38.544	340		
Subtotal	861.272	887.671		
Total	2.263.695	2.075.284		

b) Características dos passivos com instituições financeiras:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento (I)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (I)
Operações por operações compromissadas - carteira própria	03/10/2022	13,65% a.a.	800.129	03/01/2022
Operações compromissadas 27/01/2023	85,00% do CDI	658.244	28/01/2022	85,00% do CDI
Total		658.244		319.918

10. PASSIVOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição dos passivos com instituições financeiras por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Operações por operações compromissadas - carteira própria	1.458.373	-	-	-	1.458.373
Depósitos interfinanceiros	5.601.876	830.587	6.713	6.439.176	12.851.422
Total	7.060.249	830.587	6.713	6.439.176	25.309.795

b) Características dos passivos com instituições financeiras:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento (I)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (I)
Operações por operações compromissadas - carteira própria	03/10/2022	13,65% a.a.	800.129	03/01/2022
Operações compromissadas 27/01/2023	85,00% do CDI	658.244	28/01/2022	85,00% do CDI
Total		658.244		319.918

11. PASSIVOS COM CLIENTES

a) Composição dos passivos com clientes por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Depósitos a prazo	1.428.953	2.441.590	1.282.382	14.699	5.169.521
Marcação a mercado	-	-	(1.897)	-	(1.897)
Total	1.428.953	2.441.590	1.282.382	14.699	5.167.224

b) Características dos passivos com clientes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento (I)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (I)
Depósitos a prazo	11/09/2026	116% do CDI	3.301.627	28/09/2025
Depósitos a prazo pós-fixados	11/09/2026	116% do CDI	3.301.627	28/09/2025
Total			3.301.627	28/09/2025

12. TÍTULOS EMITIDOS

a) Composição dos títulos emitidos por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Letras financeiras	937.801	2.349.636	3.611.190	283.064	7.181.691
Letras de crédito do agronegócio	687.477	393.914	-	-	1.081.391
Letras de arrendamento mercantil	12.556	148.386	179.938	-	340.880
Total	1.637.834	2.891.936	3.791.128	283.064	8.603.962

b) Características dos títulos emitidos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento (I)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (I)
Títulos prefixados	26/02/2031	a 1,26% a.a.	1.149.177	26/02/2031
Títulos pós-fixados	24/11/2027	130,00% do CDI	6.980.820	28/10/2026
Total			8.149.997	26/02/2031

13. EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Composição de empréstimos e repasses por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	331.302	369.724	1.092.600	-	1.793.626
Operações por repasses - BNDES	112.639	54.560	23.521	758	191.478
Operações por repasses - FINAME	42.608	208.798	540.297	273.964	1.065.667
Total	486.549	633.082	1.656.418	274.722	3.050.771

b) Características dos empréstimos e repasses:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento (I)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (I)
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	17/12/2025	0,15% a 7,43% a.a.	1.793.626	17/12/2025
Operações por repasses - BNDES	15/12/2025	1,50% a 13,73% a.a.	75.197	15/01/2025
Operações por repasses - FINAME	17/12/2029	0,95% a 2,45% a.a. + SELIC	782.207	15/08/2028
Operações por repasses - FINAME	15/05/2026	0,90% a.a. + TJLP	10.749	15/05/2026
Operações por repasses - FINAME	15/09/2027	2,80% a 6,50% a.a. + TLP-IPC	283.949	15/05/2026
Operações por repasses - FINAME	15/02/2023	1,20% a.a. + Dólar	105.043	15/02/2023
Total			3.050.771	15/02/2023

14. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Passivos contingentes e obrigações legais:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento (I)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (I)
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	17/12/2025	0,15% a 7,43% a.a.	1.793.626	17/12/2025
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	15/12/2025	1,50% a 13,73% a.a.	75.197	15/01/2025
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	17/12/2029	0,95% a 2,45% a.a. + SELIC	782.207	15/08/2028
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	15/05/2026	0,90% a.a. + TJLP	10.749	15/05/2026
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	15/09/2027	2,80% a 6,50% a.a. + TLP-IPC	283.949	15/05/2026
Operações por empréstimos em moeda estrangeira	15/02/2023	1,20% a.a. + Dólar	105.043	15/02/2023
Total			3.050.771	15/02/2023

b) Características dos empréstimos e repasses:

	31/12/2022		31/12/2021	
--	------------	--	------------	--

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - EM R\$ MIL

Ouidiário: 0800-7202140

18. RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercícios	
	2022	2021
Receitas de serviços e comissões		
Comissões sobre avais e fianças prestadas	34.996	32.939
Administração de recursos de terceiros (i)	12.744	13.400
Consultoria de crédito	8.487	5.955
Corretagem de câmbio e valores mobiliários	41.077	43.325
Outros serviços	2.258	1.010
Total de receitas de serviços e comissões	99.562	96.629

Despesas de serviços e comissões

Comissões e intermediação	(6.725)	(3.443)
Despesas Sistema Financeiro - Cetip, Selic e tarifas bancárias	(3.102)	(2.237)
Taxas, emolumentos e corretagens	(3.556)	(2.533)
Outras despesas (créditos inadimplentes, serasa, sisbacen etc.)	(621)	(596)
Total de despesas de serviços e comissões	(14.004)	(8.779)
Resultado líquido de serviços e comissões	85.558	87.850

19. OUTRAS RECEITAS

	Exercícios	
	2022	2021
Renda de câmbio	31.189	88.193
Reversão de provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	350	3.830
Lucro na alienação de títulos para negociação e para investimento	3.915	7.263
Variação monetária e atualização de depósitos judiciais	4.774	2.160
Outras	2.870	5.250
Total	43.098	106.696

20. RESULTADO COM PERDAS ESPERADAS DE ATIVOS FINANCEIROS

	Exercícios	
	2022	2021
Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamento a clientes	(7.104)	(18.299)
Perdas esperadas de títulos para investimento e garantias prestadas	(78.184)	2.745
Subtotal	(85.288)	(15.554)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	1.476	6.792
Total de resultado com perdas esperadas de ativos financeiros	(83.812)	(8.762)

21. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios	
	2022	2021
Salários	(47.133)	(36.611)
Encargos sociais e previdenciários	(27.512)	(26.057)
Remuneração da diretoria e do conselho de administração	(20.431)	(22.756)
Participação nos lucros	(29.731)	(12.743)
Despesas de férias e 13º salário	(11.448)	(11.119)
Benefícios	(13.085)	(10.325)
Outras	(6.737)	(13.445)
Total	(156.077)	(135.056)

22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	Exercícios	
	2022	2021
Despesas tributárias	(29.197)	(22.359)
Processamento de dados e informática	(16.035)	(14.056)
Serviços de terceiros	(9.904)	(10.100)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(7.755)	(6.964)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(3.638)	(2.226)
Depreciação e amortização	(2.206)	(2.121)
Comunicações	(1.924)	(1.798)
Vigilância e segurança	(1.804)	(1.640)
Transportes e Viagens	(1.603)	(598)
Outras Despesas Administrativas	(4.947)	(4.653)
Total	(79.013)	(66.515)

23. OUTRAS DESPESAS

	Exercícios	
	2022	2021
Prejuízo na alienação de títulos para investimento	(92.268)	(12.732)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(8.739)	(3.947)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito-FGC	(7.483)	(5.576)
Outras	(7.511)	(5.453)
Total	(116.001)	(136.708)

24. IMPOSTOS SOBRE A RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

	Exercícios	
	2022	2021
a) Demonstração do cálculo dos encargos	176.229	113.515
Lucro antes da tributação, deduzido das participações no lucro	(79.303)	(51.082)
Despesa de I.R.P.J. e C.S.L.L., de acordo com a alíquota vigente (i)		
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	14.917	9.822
Créditos tributários/recuperações	4.167	2.688
Ajuste ao valor justo de títulos e derivativos	13.028	(12.254)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.315)	1.007
Provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros	(43.068)	(8.919)
Prejuízo Fiscal de I.R.P.J. e base negativa de C.S.L.L.	(3.695)	8.385
Superficiência/Insuficiência de depreciação	20.039	5.617
Resultado com ativos tributários diferidos e obrigações diferidas	12.724	11.534
Outras adições e exclusões	11.261	(4.748)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(62.245)	(37.950)

b) Ativos tributários diferidos

	Movimentação			
	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2022
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	6.917	3.613	(1.347)	9.183
Provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros	28.512	86.476	(43.408)	71.580
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	36.761	69.631	(91.401)	14.991
Prejuízo fiscal	21.029	9.967	(6.272)	24.724
Insuficiência de depreciação	2.041	-	(2.041)	-
Outros ativos tributários diferidos (i)	18.746	19.256	(21.712)	16.290
Total - Créditos Tributários	114.006	188.943	(166.181)	136.768
Obrigações fiscais diferidas	(14.618)	(96.368)	75.264	(35.722)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	99.388			101.046

iii) Concentração por segmento(*):

	Disponibilidade em Bancos		Instrumentos financeiros derivativos		Total
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Em 31/12/2022					
Atacado	38.833	43.599	13.369.415	6.445.574	29.903.116
Em 31/12/2021					
Atacado	71.344	81.019	9.838.866	6.307.738	26.868.182

(*) Refere-se ao Banco e suas controladas.
(iv) **Análise da composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes por setor de atividade(*):**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Sector privado				
- rural	89.477	1,4	52.536	0,8
- indústria	2.425.237	37,6	2.550.602	40,4
- comércio	1.775.346	27,6	1.952.299	31,1
- instituições financeiras	57.145	0,9	274.557	4,4
- outros serviços	1.897.774	29,4	1.365.214	21,6
- pessoas físicas	199.595	3,1	105.530	1,7
Total da Carteira	6.445.574	100,0	6.307.738	100,0

(v) Refere-se ao Banco e suas controladas.
(vi) **Composição das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento(*):**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencidos	%	Vencidos	%
Parcelas vincendas				
- a vencer até 180 dias	3.328.899	77,0	3.329.669	51,7
- a vencer entre 181 e 360 dias	1.310.116	618	1.310.734	20,3
- a vencer acima de 360 dias	1.797.886	570	1.798.256	27,8
Total vincendas	6.436.701	1.958	6.438.659	99,9
Parcelas vencidas				
- vencidas até 60 dias	-	605	-	884
- vencidas de 61 a 180 dias	-	943	-	1.383
- vencidas acima de 180 dias	-	5.367	-	0,1
Total vencidas	-	6.915	-	2.267
Total da Carteira	6.436.701	8.873	6.445.574	100,0

(*) Refere-se ao Banco e suas controladas. **b) Risco de liquidez:** O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento às regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. **i) Gerenciamento do risco de liquidez:** A abordagem do Banco e suas controladas com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Grupo terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação do Banco e suas controladas. **ii) Plano de contingência:** O Banco e suas controladas possuem um plano de contingência para riscos de liquidez, estruturado para vários cenários e em constante evolução. Este plano contempla, dentre outras medidas, monitoramento e avaliação contínua dos fluxos de caixa e liquidez dos ativos e análises de cenários de estresse e definição de níveis mínimos de liquidez para fazer frente a estes cenários. **iii) Análise dos instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente:** A tabela abaixo demonstra em formato gerencial e consolidado os dados financeiros de todas as entidades legais integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa a valor futuro projetado de liquidez referentes aos ativos e passivos financeiros, tais como utilizados pela Administração. Os valores apresentados na tabela abaixo referem-se ao valor futuro projetado de realização contratual relacionado aos ativos e passivos financeiros.

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800 dias	Total
	Ativos Financeiros				
Disponibilidades	5.917	-	-	-	5.917
Títulos para Investimentos	803.664	3.436.055	3.790.705	350.627	8.381.051
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	101.231	-	223.016	-	324.247
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.231.210	6.561.141	7.812.226	1.186.655	16.791.232
Outros Ativos	87.517	590.779	2.661	-	680.957
Total de Ativos Financeiros	2.229.539	10.557.975	11.828.608	1.537.282	26.153.404
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras (1.285.159) (9.771.328) (9.150.339) (186.591) (20.393.417)					
Títulos Emitidos (39) - - - (39)					
Outros Passivos (68.357) (633.396) (156.101) - (857.854)					
Total de Passivos Financeiros	(1.353.555)	(10.404.724)	(9.306.440)	(186.591)	(21.251.310)
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800 dias	Total
Ativos Financeiros					
Títulos para Investimentos	243.309	2.175.123	3.524.423	152.032	7.894.887
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.218.447	6.132.763	6.579.143	1.153.164	15.083.517
Outros Ativos	77.162	450.633	-	-	527.795
Total de Ativos Financeiros	1.538.918	8.758.519	11.903.566	1.305.196	23.506.199
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras (2.136.531) - - - (2.136.531)					
Títulos Emitidos (631.275) (3.736.401) (9.296.501) (69.490) (17.373.667)					
Outros Passivos (46.362) (626.607) (532.650) (28.447) (1,234.066)					
Total de Passivos Financeiros	(2.814.168)	(8.003.008)	(9,829.151)	(97.937)	(20,744.264)

(i) Composto, basicamente, por provisões participação nos lucros, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoais. Os registros contábeis desses créditos tributários estão fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportados por estudos técnicos e projeções de resultado.

25. NOTAS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de "caixa e equivalentes de caixa" é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, com prazos contratuais inferiores a três meses, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Banco e suas controladas.

	31/12/2022	31/12/2021
No início dos exercícios	172.199	2.329.211
Caixa e disponibilidade em bancos	71.345	6.580
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	100.854	2.322.631
No final dos exercícios	1.075.621	172.199
Caixa e disponibilidade em bancos	38.834	71.345
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.036.787	100.854
Variação em caixa e equivalentes de caixa	903.422	(2.157.012)

(i) Referem-se a aplicações em operações compromissadas e depósitos interfinanceiros cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias, classificadas como "operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras".

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS
O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração. O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado no Conglomerado Financeiro Alfa é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada. As entidades legais que integram o Conglomerado Financeiro Alfa são: O Banco Alfa de Investimento S.A. que é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente e indiretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. - C.F.I., a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. Esta nota explicativa, no que diz respeito aos riscos de mercado e liquidez, demonstra os dados em formato gerencial, tal como analisados pela Administração do Conglomerado, e por este motivo estes dados refletem o consolidado operacional das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

a) Risco de Crédito Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações: (a.1) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos. (a.2) Da possibilidade de desdobramentos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coberturas ou operações de natureza semelhante. (a.3) De possíveis negociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo se estende a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Exposição máxima ao risco de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Exposição ao risco de crédito (*)		
Saldos de "disponibilidades em bancos"	38.833	71.344
Instrumentos financeiros derivativos	43.599	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	13.369.415	9.838.866
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.445.574	6.307.738
Títulos para investimento	6.715.177	7.560.645
Subtotal	26.612.598	23.859.612
Avais e fianças prestados	3.290.518	3.008.570
Total de exposição ao risco de crédito	29.903.116	26.868.182

(*) Refere-se ao Banco e suas controladas. **ii) Descrição das garantias:** Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação e desdobramento e ao longo do prazo das operações. As análises de crédito se baseiam no entendimento das características operacionais dos clientes, sua capacidade de endividamento, considerando fluxo de caixa, histórico de pagamentos, reputação creditícia e consideram, subsidiariamente, as garantias que podem suportar estas operações. Os contratos celebrados preveem as garantias consideradas necessárias e autorizam deterioração para reforço de garantias sempre que a situação creditícia das contrapartes apresente deterioração que justifique tal procedimento, o que é acompanhado sistematicamente pelo Departamento de Crédito. As operações de crédito e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7, estão representados principalmente por operações de:

- Capital de giro, garantido por recebíveis, notas promissórias, avais e fianças prestadas pelos seus proprietários e ocasionalmente por garantias reais; • Repasses de recursos do BNDES/FINAME, suportados por garantias reais; • Adiantamentos de contrato de câmbio, garantidos por notas promissórias, avais e fianças prestadas, e pelos recebíveis gerados por ocasião das exportações; • Vendor, que são garantidas por recebíveis gerados pelo tomador final dos recursos e possuem garantia de aval ou fiança da empresa contratante; • Arrendamento mercantil financeiro realizadas das subsidiárias, Alfa Arrendamento Mercantil S.A., as quais têm como objeto os próprios bens arrendados, os quais pertencem à empresa arrendatária, para os quais é política do Conglomerado Financeiro Alfa exigir uma participação inicial mínima do cliente com recursos próprios de, no mínimo, 20%, o que faz assegurar a suficiência das garantias ao longo do prazo das operações. Os títulos de investimento são representados em sua grande maioria por títulos do governo federal

→ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Christophe Yvan François Cadier
Presidente
Conselheiros
Antonio César Santos Costa
Adilson Herrero
Luiz Alves Paes de Barros

DIRETORIA

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Diretores
Fabio de Sarandy Raposo
Breno Perez Vicente

Fabiano Siqueira de Oliveira
Ricardo Mostaert Colin

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do **Banco Alfa de Investimento S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Alfa de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2(f) e nº 7, o Banco e sua controlada revisam de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda esperadas de suas operações de crédito e adiantamentos. O Banco e sua controlada possuem políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do Banco e da sua controlada, que incluem análise de fatores macroeconômicos, além de informações sobre o cliente, produto, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.

Devido à relevância das operações de crédito e adiantamentos aos julgamentos relacionados à determinação da estimativa das perdas esperadas das operações de crédito e adiantamentos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e adiantamentos, formalização das análises e revisões de riscos de crédito. Adicionalmente, avaliamos os modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco e sua controlada para mensurar as perdas esperadas das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio

da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos desenvolvidos pelo Banco e por sua controlada. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pelo Banco e por sua controlada para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação das perdas esperadas de operações de créditos e adiantamentos analisados de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e adiantamentos e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Banco e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 2º SEMESTRE DE 2022 ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de julho a dezembro de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouidoria

Norteado pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

Segurança da Informação

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

Ações concluídas:

- i. Segurança da Informação (1ª Linha)
 - a. Conclusão da migração do serviço de Gestão de Vulnerabilidade - nov/2022.
 - b. Definido que será mantido o contrato com a Axur, em complemento à PWC, para prestação do serviço de *Threat Intelligence* (monitoramento de marca, páginas falsas, deepweb, etc.).
- ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)
 - c. Etapa 1 de entrevistas - gestores de TI/LGPD - para mapeamento de processos;
 - d. Apresentação ao GIRC e ao Comitê de Riscos, sobre os resultados do mapeamento de Segurança de TI, identificando a maturidade atual x cenário desejado;
 - e. O resultado das entrevistas foi enviado aos gestores de TI/LGPD, para elaborar durante o 1º tri/2023 os respectivos planos de ação para o aumento da maturidade em segurança cibernética;

Ações em andamento:

- i. Segurança da Informação (1ª Linha):
 - a. Implantação do portal PWC com foco em Threat Intelligence.
- ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):
 - a. Etapa 2 de entrevistas - gestores das Áreas de Negócios - para mapeamento de processos e elaboração dos planos de ação de Segurança da Informação - até jun/2023;
 - b. Inclusão de todas as áreas que participam do GIRC no serviço de *avaliação e compliance de segurança de nuvens* (recurso exclusivo para a nuvem da Amazon), recentemente contratado - este processo ocorrerá ao longo de 2023.
- iii. Auditoria Interna (3ª Linha):
 - a. Monitoramento testes de penetração - atividade contínua;
 - b. Avaliação sobre a evolução das ações da 2ª linha - a Auditoria emitirá parecer durante o 1º tri/2023;
 - c. Trabalho específico na ferramenta DLP (*Data Loss Prevention*) - conclusão prevista para o 1º tri/2023;
 - d. Trabalho específico em LGPD - conclusão prevista para o 1º tri/2023.

Ações futuras:

- i. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):
 - a. Monitorar a implementação dos planos de ação enviados pela TI, LGPD e áreas de negócios;
 - b. Reavaliar a maturidade da estrutura de SI do conglomerado após implementação dos planos de ação.

ii. Auditoria Interna (3ª Linha):

a. Follow up dos planos de ação que serão apresentados pelos gestores de TI/LGPD à 2ª linha.

Auditoria Externa e Interna

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31.12.2022; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do primeiro semestre de 2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações. Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, concluiu o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Adilson Herrero
Cidylene Justino de Souza
Paulo Aluizio Machado de Andrade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: **a)** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; **b)** As Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2022, comparadas com as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2021, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do Brasil; e **c)** O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários" São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2023.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio
José Antonio Rigobello

Rubens Barletta
Valter dos Santos

